

22/04 À 26/04
ABR 2024



Frente Parlamentar Mista
Ambientalista

NEWSLETTER

FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA

NOTÍCIAS DA SEMANA



DESTAQUES

- Rafael Prudente é eleito presidente da Comissão de Meio Ambiente
- Indígenas voltam a defender demarcação de territórios em evento na Câmara dos Deputados
- CDR: planos dos municípios devem incluir normas para reduzir impactos ambientais
- Na CMA, gestores governamentais expõem desafios da COP 30 em Belém
- Mobilização nas redes sociais

DIA DA TERRA – 22 DE ABRIL

Dia da Terra é lembrado em sessão solene na Câmara dos Deputados

Em sessão solene realizada nesta segunda-feira (22), a Câmara dos Deputados lembrou o Dia da Terra. Desde 1970, o dia 22 de abril passou a representar uma data especial na luta pela preservação socioambiental do Planeta. O Dia da Terra foi instituído após um grande protesto de americanos contra a destruição ambiental.

O Secretário de Economia Verde do Ministério o Desenvolvimento, Rodrigo Rollemberg, pediu que o Congresso acelere o processo de aprovação da chamada agenda verde.

Rafael Prudente é eleito presidente da Comissão de Meio Ambiente



O deputado Rafael Prudente (MDB-DF) foi eleito nesta quarta-feira (24) presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Prudente destacou que o colegiado tem uma pauta extensa, demanda um trabalho árduo, e que a demora na indicação para a presidência tornou o desafio ainda maior, dado que os trabalhos já começam com atraso no calendário.

“Temos um ano atípico, que é um ano de eleição, mas podem contar com o meu total apoio e dedicação, até porque sou do Distrito Federal e neste ano não temos eleição aqui”, garantiu.

Ele destacou ainda que a Câmara dos Deputados tem a tarefa de liderar o caminho em direção a políticas públicas ambientais mais robustas e eficazes. “Sei que muitos carregam a esperança de que tenhamos uma nova gestão socioambiental no Brasil e estamos em comunhão com essas expectativas”, afirmou.

20ª edição do Acampamento Terra Livre

Indígenas voltam a defender demarcação de territórios em evento na Câmara dos Deputados



Lideranças indígenas reafirmaram, nesta quinta-feira (25), a necessidade de demarcar territórios indígenas no Brasil. Na semana em que ocorre em Brasília a 20ª edição do Acampamento Terra Livre, mobilização que traz à capital federal milhares de indígenas das diferentes etnias do Brasil, a Casa sediou um seminário sobre os direitos destes povos, além de outros eventos.

Presente no seminário, a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, afirmou que o governo tem o compromisso de avançar com as demarcações.

Ela também classificou como “monstro para os povos indígenas” a tese do marco temporal, segundo a qual esses povos só teriam direito à demarcação de terras que estavam ocupadas por eles até a data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.

Congresso promulga marco temporal para terras indígenas, mas polêmicas seguem na Justiça

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou a lei, mas deputados e senadores derrubaram o veto. A expectativa das organizações indígenas é que o STF reafirme a inconstitucionalidade da medida. Nesta semana, porém, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo, suspendeu as ações sobre o assunto para abrir conciliação.



A deputada Célia Xakriabá (Psol-MG) disse que não existe reparação aos povos indígenas sem demarcação. “Já temos mais de 2 mil territórios indígenas no Brasil. A nossa luta é para regulamentar.”

“A nossa resistência não é de mentira. Estupram as mulheres indígenas, não é de mentira”, protestou. “Nenhum estado brasileiro vai dizer o que é território indígena de verdade, porque nós sabemos de onde viemos, sabemos para onde voltaremos”, disse Célia Xakriabá.

GIRO SENADO

SENADO
FEDERAL



CDR: planos dos municípios devem incluir normas para reduzir impactos ambientais

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou, nesta terça-feira (23), o projeto que torna obrigatória a inclusão de normas voltadas à redução de impactos ambientais e à priorização de tecnologias verdes nos planos diretores das cidades (PL 6.046/2019). Apresentado pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), o projeto foi aprovado na forma do substitutivo proposto pelo senador Fernando Farias (MDB-AL) e agora segue para análise da Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde vai tramitar em decisão terminativa. O senador Cid Gomes (PSB-CE), vice-presidente da comissão, foi quem presidiu a reunião.



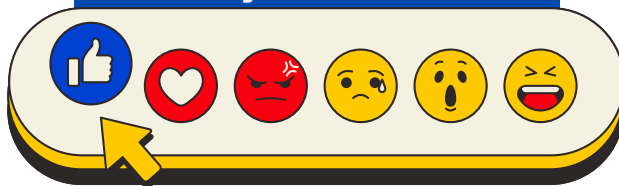
Na CMA, gestores governamentais expõem desafios da COP 30 em Belém



A Comissão de Meio Ambiente (CMA) debateu nesta terça-feira (23) os preparativos e as expectativas oficiais para a COP 30, a ser realizada na cidade de Belém (PA) entre 10 e 21 de novembro de 2025. Autoridades dos governos federal, estadual e municipal apresentaram à comissão o panorama dos trabalhos de organização para a conferência internacional.


Esta será a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. A convenção da ONU sobre mudanças climáticas foi criada durante a Rio 92. A COP é realizada anualmente desde 1995 e é o principal fórum internacional sobre o tema.


MOBILIZAÇÃO REDES SOCIAIS



Alerta Código Florestal

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara pode votar o PL 2168/2021, que coloca em perigo nossas fontes de água. Amanhã (24), a CCJ do Senado pode votar o PL 3334/2023, que permite desmatar 8,5 milhões de hectares na Amazônia em Reservas Legais (RL), o equivalente a quase 2x o território do Rio de Janeiro!

 PL 2168/2021 - permite desmatar Áreas de Preservação Permanente (APPs) de beira de rio

 PL 3334/2023 - permite reduzir RL na Amazônia



Pela manutenção dos vetos presidenciais



🇺🇦 O Pacote do Veneno volta à pauta do Congresso Nacional nesta quarta-feira, 24, estava previsto para ser votado após ser sancionado com vetos pelo Presidente Lula.

Ao todo, foram 17 vetos impostos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Projeto de Lei 1459/2022, convertido na Lei nº 14.785/2023, que representa uma vitória significativa, resultante da mobilização coletiva e marcam um momento decisivo para as políticas ambientais e de saúde pública no país.

Os vetos presidenciais são importantes para manter as funções dos órgãos legal e estruturalmente competentes para tratar de assuntos de saúde e meio ambiente, Anvisa e Ibama, respectivamente.

Câmara tenta eliminar Ibama por Inanição



Ao alterar a forma de arrecadação da TCFA (Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental), um tributo destinado ao controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e consumidoras de recursos naturais, a proposta da Câmara resultará em uma grave redução nos recursos do IBAMA.

No último ano, do total de R\$ 746,8 milhões arrecadados, a parcela que ficou com o Ibama foi de R\$ 431 milhões, o que equivale a quase 25% do orçamento do órgão federal, incluindo despesas com pessoal, e R\$ 315 milhões para 20 estados, podendo ser repassados aos municípios mediante acordo.

A medida enfraquece o IBAMA e sua capacidade de fiscalização, além de ter reflexos diretos nos governos estaduais. “Trata-se de uma proposta perversa, que busca reduzir o poder e os recursos do Ibama. Esperamos que o Executivo se movimente para derrubar esse projeto de lei.”, comenta Suely Araújo, coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do Clima.

saiba mais no site do Observatório do Clima:

[Observatório do Clima](https://www.observatorioclima.org.br/)

